

PABLO STOLZE GAGLIANO
RODOLFO PAMPLONA FILHO

MANUAL DE
DIREITO CIVIL
VOLUME ÚNICO

6ª edição
revista, ampliada e atualizada
2022

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Carmilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação NSM Soluções Gráficas Ltda.
Revisão Rita de Cássia Sorrocha
Capa Deborah Mattos
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

G135m – Gagliano, Pablo Stolze

Manual de Direito Civil: volume único / Pablo Stolze
Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho - 6. ed. - São Paulo :
SaraivaJur, 2022.

1712 p.

ISBN: 978-65-5362-140-4

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Pamplona Filho, Rodolfo.
II. Título.

2021-4561 CDD 347
CDU 347

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347

Data de fechamento da edição: 13-12-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607413 CAE 791658

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Nota dos Autores</i>	9

PARTE HERMENÊUTICA

CAPÍTULO I LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS NO DIREITO BRASILEIRO

1. O objetivo de uma Lei de Introdução	<i>on-line</i>
2. Interpretação de normas.....	<i>on-line</i>
3. Algumas noções sobre a integração normativa	<i>on-line</i>
4. Aplicação temporal de normas.....	<i>on-line</i>
5. Conflito de normas no tempo (direito intertemporal).....	<i>on-line</i>
6. Aplicação espacial de normas.....	<i>on-line</i>
7. Conflito de normas no espaço.....	<i>on-line</i>
8. Segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação de normas por agentes públicos (reflexões críticas sobre a Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB)	<i>on-line</i>

PARTE GERAL

PESSOAS

CAPÍTULO II PESSOA NATURAL

CONTÉM VIDEOAULA



1. A personalidade jurídica	45
1.1. Conceito.....	45
1.2. Aquisição da personalidade jurídica.....	45
1.3. O nascituro.....	47
2. Capacidade	50
2.1. Incapacidade absoluta	52
2.2. Incapacidade relativa	57
2.2.1. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos	58
2.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.....	59
2.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	60

2.2.4. Os pródigos.....	61
2.2.5. Algumas palavras sobre a capacidade jurídica dos indígenas.....	62
2.3. Suprimento da incapacidade (representação e assistência).....	63
3. Emancipação.....	64
4. Direitos da personalidade.....	69
5. Extinção da pessoa natural.....	83
5.1. Morte presumida.....	83
5.1.1. Ausência.....	84
5.1.2. Justificação de óbito.....	88
5.2. Morte simultânea (comoriência).....	89

CAPÍTULO III PESSOA JURÍDICA

CONTÉM VIDEOAULA



1. Conceito.....	91
2. Surgimento da pessoa jurídica.....	91
3. Classificação das pessoas jurídicas.....	94
3.1. Pessoas jurídicas de direito público.....	94
3.2. Pessoas jurídicas de direito privado.....	96
3.2.1. As associações.....	98
3.2.2. As sociedades.....	102
3.2.3. As fundações.....	105
3.2.4. As organizações religiosas.....	111
3.2.5. Os partidos políticos.....	112
3.2.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada.....	112
4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	115
5. Extinção da pessoa jurídica.....	125

CAPÍTULO IV DOMICÍLIO

1. Conceito e distinções necessárias.....	127
2. Tratamento legal e mudança de domicílio.....	129
3. Domicílio aparente ou ocasional.....	130
4. Domicílio da pessoa jurídica.....	130
5. Espécies de domicílio.....	131

CAPÍTULO V BENS

1. Conceito.....	134
2. Classificação.....	134
2.1. Dos bens considerados em si mesmos.....	134
2.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos.....	134
2.1.2. Bens imóveis e móveis.....	135
2.1.3. Bens fungíveis e infungíveis.....	139
2.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis.....	139
2.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis.....	140
2.1.6. Bens singulares e coletivos.....	141
2.2. Dos bens reciprocamente considerados.....	142

2.3. Dos bens públicos e particulares	143
---	-----

FATOS JURÍDICOS

CAPÍTULO VI

FATO JURÍDICO

1. Conceito e classificação dos fatos jurídicos	145
2. Negócio jurídico	149
2.1. Conceito	149
2.2. Planos de análise	151
2.3. Defeitos do negócio jurídico	153
2.3.1. Erro ou ignorância	154
2.3.2. Dolo	156
2.3.3. Coação	159
2.3.4. Lesão	161
2.3.5. Estado de perigo	164
2.3.6. Simulação	166
2.3.7. Fraude contra credores	170
2.4. Invalidez do negócio jurídico	176
2.5. Elementos acidentais do negócio jurídico	188
2.5.1. Condição	189
2.5.2. Termo	197
2.5.3. Encargo	199
3. Ato ilícito	201

CAPÍTULO VII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

1. Noções conceituais	205
2. A prescrição e a decadência no Código Civil	210
3. Causas impeditivas e suspensivas	212
4. Causas interruptivas	216
5. Direito intertemporal	220
6. Prescrição intercorrente	223

PARTE ESPECIAL

OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO VIII

INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. Conceito do direito das obrigações	227
2. Distinção entre direitos pessoais e reais	227
3. Figuras híbridas entre direitos pessoais e reais	228
4. Considerações terminológicas	229
5. Estrutura da relação jurídica obrigacional	231
5.1. Elemento subjetivo: sujeitos da relação obrigacional	232
5.2. Elemento objetivo: a prestação	233
5.2.1. Características fundamentais da prestação	237
5.2.1.1. Licitude	238

5.2.1.2. Possibilidade.....	239
5.2.1.3. Determinabilidade.....	240
5.3. Elemento ideal: o vínculo jurídico entre credor e devedor	240
6. Fontes das obrigações.....	241

CAPÍTULO IX CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução.....	245
2. Classificação básica	245
2.1. Obrigações de dar.....	246
2.1.1. Obrigações de dar coisa certa	246
2.1.2. Obrigações de dar coisa incerta.....	249
2.1.3. Obrigações de dar dinheiro (obrigações pecuniárias).....	252
2.2. Obrigações de fazer.....	255
2.3. Obrigações de não fazer	262
3. Classificação especial das obrigações.....	265
3.1. Classificação especial quanto ao elemento subjetivo (sujeitos)	267
3.1.1. Obrigações fracionárias.....	267
3.1.2. Obrigações conjuntas.....	268
3.1.3. Obrigações disjuntivas.....	269
3.1.4. Obrigações solidárias.....	269
3.1.4.1. A solidariedade.....	269
3.1.4.1.1. Solidariedade ativa	272
3.1.4.1.2. Solidariedade passiva.....	275
3.1.4.2. Subsidiariedade.....	280
3.2. Classificação especial quanto ao elemento objetivo (prestação).....	283
3.2.1. Obrigações alternativas	283
3.2.2. Obrigações facultativas.....	286
3.2.3. Obrigações cumulativas.....	287
3.2.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	287
3.2.5. Obrigações líquidas e ilíquidas.....	291
3.3. Classificação especial quanto ao elemento acidental	292
3.3.1. Obrigações condicionais.....	292
3.3.2. Obrigações a termo.....	293
3.3.3. Obrigações modais.....	293
3.4. Classificação especial quanto ao conteúdo.....	294
3.4.1. Obrigações de meio	294
3.4.2. Obrigações de resultado.....	294
3.4.3. Obrigações de garantia	295
4. Obrigação natural.....	295

CAPÍTULO X TEORIA DO PAGAMENTO

CONTÉM VÍDEOAULA



1. Conceito e natureza jurídica do pagamento.....	300
2. Condições subjetivas do pagamento.....	302
2.1. De quem deve pagar.....	302

2.2. Daqueles a quem se deve pagar.....	306
3. Condições objetivas do pagamento	310
3.1. Do objeto do pagamento e sua prova	310
3.2. Do lugar do pagamento.....	314
3.3. Do tempo do pagamento.....	316
4. Teoria do adimplemento substancial (<i>substantial performance</i>).....	317

CAPÍTULO XI FORMAS ESPECIAIS DE PAGAMENTO

1. Introdução.....	323
2. Consignação em pagamento	323
3. Pagamento com sub-rogação	339
4. Imputação do pagamento	345
5. Dação em pagamento.....	348
6. Novação	351
7. Compensação	358
8. Confusão	363
9. Remissão.....	365

CAPÍTULO XII TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução.....	370
2. Cessão de crédito	371
3. Cessão de débito (assunção de dívida)	376
4. Cessão de contrato.....	379

CAPÍTULO XIII TEORIA DO INADIMPLEMENTO

1. Noções introdutórias.....	382
2. Inadimplemento fortuito da obrigação	383
3. Inadimplemento culposo da obrigação	386
3.1. Perdas e danos	389
3.2. O dever de mitigar o próprio prejuízo (<i>duty to mitigate the loss</i>).....	393
3.3. Juros.....	398
3.4. Inadimplemento relativo — a mora	402
3.4.1. Mora do devedor	403
3.4.2. Mora do credor.....	407
3.4.3. Purgação e cessação da mora.....	409
4. Cláusula penal	410
5. Arras	417

CONTRATOS

CAPÍTULO XIV VISÃO ESTRUTURAL DO CONTRATO

CONTÉM VIDEOAULA



1. Conceito de contrato	422
2. Natureza jurídica do contrato.....	425
3. Princiologia do Direito Contratual	426

3.1. Princípio da autonomia da vontade ou do consensualismo.....	428
3.2. Princípio da força obrigatória do contrato.....	431
3.3. Princípio da relatividade subjetiva dos efeitos do contrato.....	433
3.4. Princípio da função social do contrato.....	434
3.5. Princípio da equivalência material.....	443
3.6. Princípio da boa-fé.....	444
3.6.1. Delimitação conceitual.....	445
3.6.2. Funções da boa-fé objetiva.....	448
3.6.2.1. Função interpretativa e de colmatação.....	448
3.6.2.2. Função criadora de deveres jurídicos anexos.....	449
3.6.2.2.1. Deveres de lealdade e confiança recíprocas.....	449
3.6.2.2.2. Dever de assistência.....	450
3.6.2.2.3. Dever de informação.....	450
3.6.2.2.4. Dever de sigilo ou confidencialidade.....	451
3.6.2.3. Função delimitadora do exercício de direitos subjetivos.....	451
3.6.3. Desdobramentos da boa-fé objetiva.....	455
3.6.3.1. <i>Venire contra factum proprium</i>	456
3.6.3.2. <i>Supressio</i>	457
3.6.3.3. <i>Surrectio</i>	458
3.6.3.4. <i>Tu quoque</i>	458
3.6.3.5. <i>Exceptio doli</i>	458
3.6.3.6. Inalegabilidade das nulidades formais.....	459
3.6.3.7. Desequilíbrio no exercício jurídico.....	460
3.6.3.8. Cláusula de Stoppel.....	460

CAPÍTULO XV FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1. Noções básicas.....	461
2. Fase de pontuação (negociações preliminares).....	462
3. Proposta de contratar.....	464
3.1. Prazo de validade da proposta.....	465
3.2. A oferta ao público.....	466
3.3. Consequências jurídicas da morte do proponente.....	468
4. A aceitação.....	468
5. Formação dos contratos entre ausentes.....	469
6. A proposta no Código de Defesa do Consumidor.....	471
7. Lugar da formação do contrato.....	473

CAPÍTULO XVI DAS ESTIPULAÇÕES CONTRATUAIS EM RELAÇÃO A TERCEIROS

1. Introdução.....	474
2. Estipulação em favor de terceiro.....	474
3. Promessa de fato de terceiro.....	476
3.1. Natureza jurídica.....	477
3.2. Exclusão de responsabilidade.....	477
4. Contrato com pessoa a declarar.....	478

CAPÍTULO XVII CONTRATO PRELIMINAR

1. Conceito e institutos similares.....	480
---	-----

2. Natureza jurídica	481
3. Classificação	481
4. Tutela específica	483

CAPÍTULO XVIII VÍCIOS REDIBITÓRIOS

CONTÉM VIDEOAULA



1. Conceito e características	484
2. Consequências jurídicas da verificação de vícios redibitórios	485
3. Prazo para a propositura das ações edilícias	486
4. Vícios redibitórios e o Código de Defesa do Consumidor	490

CAPÍTULO XIX EVICÇÃO

1. Noções conceituais	492
2. Fundamentos jurídicos	493
3. Requisitos	493
3.1. Aquisição de um bem	494
3.1.1. Contratos onerosos	494
3.1.2. Aquisição em hasta pública	495
3.2. Perda da posse ou da propriedade	497
3.3. Prolação de sentença judicial ou execução de ato administrativo	497
4. Direitos do evicto	498
5. Espécies de evicção: total e parcial	499
6. Evicção e autonomia da vontade — a cláusula de não evicção	500

CAPÍTULO XX EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. Introdução	502
2. Extinção natural do contrato	503
2.1. Cumprimento do contrato ou exaustão do seu objeto	503
2.2. Verificação de fatores eficazes	504
2.2.1. Vencimento do termo	504
2.2.2. Implemento de condição resolutiva	504
2.2.3. Frustração da condição suspensiva	505
3. Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato	505
3.1. Nulidade ou anulabilidade	505
3.2. Redibição	506
3.3. Direito de arrependimento	506
4. Causas supervenientes à formação do contrato	507
4.1. Resilição	507
4.1.1. Bilateral (distrato)	508
4.1.2. Unilateral	509
4.2. Resolução	514
4.2.1. Algumas palavras sobre a voluntariedade da inexecução	514
4.2.2. Cláusula resolutória (expressa ou tácita)	515
4.3. Rescisão	518
4.4. Morte do contratante	519

4.5. Caso fortuito ou força maior.....	520
--	-----

CAPÍTULO XXI EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO

1. Considerações iniciais.....	521
2. Conceito e natureza jurídica.....	521
3. Elementos caracterizadores.....	523
4. Restrição à aplicação do instituto.....	523
5. Garantia de cumprimento.....	524
6. A exceção do contrato não cumprido e a Administração Pública.....	524

CAPÍTULO XXII TEORIA DA IMPREVISÃO E RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA

1. Introdução.....	526
2. Elementos para aplicabilidade da teoria da imprevisão.....	527
3. Teoria da imprevisão × lesão.....	527
4. Teoria da imprevisão × inadimplemento fortuito (caso fortuito ou força maior).....	528
5. A teoria da imprevisão no Código de Defesa do Consumidor.....	529
6. A teoria da imprevisão no Código Civil de 2002.....	529
6.1. Aplicabilidade do instituto.....	530
6.2. Revisibilidade do contrato.....	531
6.3. Aplicação da teoria nos contratos unilaterais.....	532

CAPÍTULO XXIII CONTRATOS ATÍPICOS

1. Introdução.....	533
2. Contratos típicos e atípicos.....	534
2.1. Distinção dos contratos nominados e inominados.....	536
2.2. Classificação dos contratos atípicos.....	537
2.3. Disciplina jurídica dos contratos atípicos.....	537
3. Os contratos atípicos no Código Civil brasileiro.....	540
4. União de contratos ou contratos coligados.....	541

CAPÍTULO XXIV COMPRA E VENDA

1. Conceito e partes.....	544
2. Características.....	545
3. Elementos essenciais.....	549
3.1. O consentimento.....	550
3.2. A coisa.....	550
3.3. O preço.....	552
4. Despesas com o contrato de compra e venda.....	554
5. Responsabilidade civil pelos riscos da coisa.....	555
6. Questões especiais referentes à compra e venda.....	558
6.1. Venda a descendente.....	558
6.2. Situações especiais referentes à falta de legitimidade para a compra e venda.....	560
6.3. Venda a condômino.....	562
6.4. Venda entre cônjuges e entre companheiros.....	564
7. Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	565
8. Cláusulas especiais ou pactos acessórios à compra e venda.....	568

8.1. Retrovenda	569
8.2. Venda a contento e sujeita à prova (por experimentação)	573
8.3. Preempção ou preferência.....	575
8.4. Venda com reserva de domínio	578
8.5. Venda sobre documentos.....	581

CAPÍTULO XXV TROCA OU PERMUTA

1. Denominação e conceito.....	584
2. Características.....	584
3. Permuta de valores desiguais.....	586
4. Disciplina jurídica	587

CAPÍTULO XXVI CONTRATO ESTIMATÓRIO

1. Conceito e partes.....	589
2. Natureza jurídica	590
3. Características.....	592

CAPÍTULO XXVII DOAÇÃO

1. Conceito e partes.....	594
2. Características.....	595
3. Aceitação da doação	597
4. Doação <i>mortis causa</i>	600
5. Doação inoficiosa.....	601
6. Doação universal	604
7. Promessa de doação (<i>pactum de donando</i>).....	606
8. Espécies de doação.....	608
8.1. Doação pura x doação com fatores eficaciais.....	608
8.2. Doação contemplativa x doação remuneratória	609
8.3. Doação conjuntiva	610
8.4. Doação com cláusula de reversão.....	611
8.5. Doação mista x doações mútuas	612
8.6. Doação sob forma de subvenção periódica.....	613
8.7. Doação indireta x doação disfarçada	613
9. Extinção do contrato de doação	614
9.1. Meio natural de extinção	614
9.2. Revogação da doação (inexecução do encargo e ingratidão do donatário).....	614
9.2.1. Hipóteses de ingratidão.....	616
9.2.2. Ação revocatória: características. Condições. Prazos. Efeitos	625
9.2.3. Doações não sujeitas à revogação.....	627
10. Doação por procuração	628

CAPÍTULO XXVIII LOCAÇÃO DE COISAS

1. Noções gerais.....	629
2. Conceito	630
3. Elementos essenciais	631
3.1. Tempo (duração da locação).....	631

3.2. Coisa (objeto da locação)	634
3.3. Retribuição (preço da locação).....	635
4. Características.....	636
5. Modalidades	637
6. Conteúdo do contrato de locação (direitos e obrigações das partes)	641
6.1. Obrigações do locador × direitos do locatário	641
6.1.1. Entregar ao locatário a coisa alugada	641
6.1.2. Manter a coisa alugada no mesmo estado	643
6.1.3. Garantir o uso pacífico da coisa.....	645
6.2. Obrigações do locatário × direitos do locador	645
6.2.1. Servir-se da coisa alugada para os usos contratados	646
6.2.2. Tratar a coisa alugada como se sua fosse	646
6.2.3. Pagar pontualmente o aluguel.....	646
6.2.4. Levar ao conhecimento do locador as turbações de terceiros	647
6.2.5. Restituir a coisa, finda a locação, no estado em que a recebeu	647
7. A indenização por benfeitorias na coisa locada.....	647
8. Direito de retenção	648
9. Extinção do contrato de locação	648

CAPÍTULO XXIX EMPRÉSTIMO

1. Introdução.....	653
2. Comodato.....	654
2.1. Histórico e conceito	654
2.2. Características	656
2.3. Prazo do contrato.....	657
2.4. Partes e objeto.....	659
2.5. Direitos e obrigações das partes	660
2.6. Despesas feitas pelo comodatário.....	662
2.7. Extinção	663
3. Mútuo	664
3.1. Histórico e conceito	664
3.2. Riscos da coisa emprestada	665
3.3. Características	666
3.4. Prazo do contrato.....	668
3.5. Partes e objeto.....	668
3.6. Mútuo feito a menor	669
3.7. Garantia de restituição ao mutuante	673
3.8. Direitos e obrigações das partes	673
3.9. Extinção.....	673

CAPÍTULO XXX PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

1. Considerações terminológicas iniciais.....	<i>on-line</i>
2. Conceito e contratos afins.....	<i>on-line</i>
3. Características.....	<i>on-line</i>
4. Objeto.....	<i>on-line</i>
5. Forma.....	<i>on-line</i>
6. Retribuição.....	<i>on-line</i>
6.1. Compensação na ausência de habilitação	<i>on-line</i>

7. Tempo de duração.....	<i>on-line</i>
7.1. Direito ao aviso prévio	<i>on-line</i>
7.2. Contagem do tempo	<i>on-line</i>
8. Extinção do contrato.....	<i>on-line</i>
8.1. Direito à certificação	<i>on-line</i>
8.2. Indenizações pela extinção antecipada	<i>on-line</i>
9. Aliciamento de mão de obra	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XXXI EMPREITADA

1. Noções conceituais	676
2. Objeto.....	676
3. Características.....	677
4. Modalidades	679
4.1. Empreitada de labor	679
4.2. Empreitada de materiais	680
5. O preço	681
6. Direitos e deveres do empreiteiro e do comitente/dono da obra.....	683
6.1. Remuneração	683
6.2. Aceitação	683
6.3. Pagamento de materiais recebidos e inutilizados	683
6.4. Inalterabilidade relativa do projeto.....	684
7. Prazo de garantia	685
8. Suspensão do contrato de empreitada.....	688
9. Extinção do contrato de empreitada.....	689

CAPÍTULO XXXII DEPÓSITO

1. Conceito	691
2. Características.....	692
3. Partes e objeto.....	695
4. Espécies de depósito	697
5. Direitos e obrigações das partes.....	701
6. Negativa de devolução da coisa depositada.....	703
6.1. Análise dos arts. 633 a 635 do Código Civil	703
6.2. Direito de retenção.....	704
7. Extinção do contrato de depósito	706

CAPÍTULO XXXIII MANDATO

1. Conceito e denominação	707
2. Distinções terminológicas.....	707
3. Partes	710
4. Características.....	712
5. Forma.....	714
6. Substabelecimento	715
7. Objeto do mandato.....	717
8. Espécies.....	720
8.1. Mandato extrajudicial.....	721
8.2. Mandato judicial	721

9. Conteúdo do mandato	724
10. Direitos e obrigações das partes	725
10.1. Obrigações do mandatário × direitos do mandante	726
10.2. Obrigações do mandante × direitos do mandatário	728
11. Irrevogabilidade do mandato	730
12. Extinção do mandato	732

CAPÍTULO XXXIV COMISSÃO

1. Conceito e elementos	<i>on-line</i>
2. Características	<i>on-line</i>
3. Direitos e obrigações das partes	<i>on-line</i>
4. Espécies de comissão	<i>on-line</i>
5. Cláusula <i>del credere</i>	<i>on-line</i>
6. Extinção do contrato	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XXXV AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

1. Unidade ou distinção conceitual?	<i>on-line</i>
2. Características	<i>on-line</i>
3. Direitos e obrigações das partes	<i>on-line</i>
4. Extinção do contrato	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XXXVI CORRETAGEM

1. Conceito e institutos análogos	<i>on-line</i>
2. Tipologia	<i>on-line</i>
3. Características	<i>on-line</i>
4. Direitos e deveres das partes	<i>on-line</i>
5. Remuneração do corretor	<i>on-line</i>
6. Extinção do contrato de corretagem	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XXXVII TRANSPORTE

1. Conceito	736
2. Características	738
3. Transporte de coisas ou mercadorias	741
4. Transporte de pessoas	748
5. Transporte gratuito	752
6. Extinção do contrato de transporte	755

CAPÍTULO XXXVIII SEGURO

1. Conceito	756
2. Princípios reguladores	757
3. Natureza jurídica	759
4. Características	760
5. Partes	762
6. Objeto do seguro: o risco	765
7. A boa-fé e o contrato de seguro	768

8. Apólice.....	771
9. Direitos e obrigações das partes	773
10. Prêmio.....	774
11. Agente autorizado do segurador: o corretor de seguros	778
12. Espécies de seguro: seguro de dano e seguro de pessoa.....	779
12.1. Seguro de dano	780
12.1.1. Sinistro parcial.....	781
12.1.2. Garantia do seguro e vício intrínseco da coisa segurada.....	782
12.1.3. Seguro de coisas transportadas	784
12.1.4. Transferência do contrato	785
12.1.5. Direito de regresso da companhia seguradora	786
12.1.6. Seguro de responsabilidade civil.....	787
12.2. Seguro de pessoa	790
12.2.1. Noções introdutórias.....	790
12.2.2. Seguro de acidentes pessoais	792
12.2.3. Seguro de vida	792
12.2.4. Seguro em grupo.....	799
13. Extinção do contrato.....	800

CAPÍTULO XXXIX CONSTITUIÇÃO DE RENDA

1. Conceito	<i>on-line</i>
2. Características	<i>on-line</i>
3. Forma.....	<i>on-line</i>
4. Direitos e obrigações das partes	<i>on-line</i>
5. Nulidade da constituição de renda	<i>on-line</i>
6. Direito de acrescer	<i>on-line</i>
7. Extinção do contrato.....	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XL JOGO E APOSTA

1. Noções introdutórias.....	802
2. Conceito	802
3. Natureza jurídica	804
4. Espécies de jogo.....	805
5. Características.....	808
6. Contratos diferenciais.....	809
7. Utilização do sorteio	811
8. O reembolso de empréstimo para jogo ou aposta	811
9. Extinção do contrato.....	812

CAPÍTULO XLI FIANÇA

1. Conceito	813
2. Características.....	813
3. Partes	816
4. Objeto.....	818
5. Espécies de fiança	820
6. Efeitos da fiança	823
6.1. Benefício de ordem	823

6.2. Direitos e deveres das partes	825
7. Fiança conjunta	828
8. Limitação temporal da fiança	829
9. Fiança e aval	831
10. Fiança e outorga uxória	832
11. Extinção da fiança	834

CAPÍTULO XLII TRANSAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica	836
2. Elementos analiticamente considerados	837
3. Características	838
4. Espécies	840
5. Forma	841
6. Objeto	841
7. Efeitos	842

CAPÍTULO XLIII COMPROMISSO

1. Conceito de compromisso	843
2. Características	845
3. Natureza jurídica	847
4. O compromisso no procedimento da arbitragem	847
5. Extinção do contrato de compromisso	849

CAPÍTULO XLIV ATOS UNILATERAIS

1. Noções introdutórias	<i>on-line</i>
2. Promessa de recompensa	<i>on-line</i>
2.1. Pressupostos de validade	<i>on-line</i>
2.2. Possibilidade de revogação	<i>on-line</i>
2.3. Concorrência de interessados	<i>on-line</i>
2.4. Concursos com promessa pública de recompensa	<i>on-line</i>
3. Gestão de negócios	<i>on-line</i>
3.1. Obrigações do gestor e do dono do negócio	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XLV ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E PAGAMENTO INDEVIDO

1. Enriquecimento sem causa	851
2. Pagamento indevido	852
2.1. Espécies de pagamento indevido	853
2.2. Pagamento indevido e boa-fé	853
2.3. Ação de <i>in rem verso</i>	855

RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO XLVI INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE JURÍDICA

1. Introdução	858
2. Conceito jurídico de responsabilidade	858

3. Responsabilidade jurídica × responsabilidade moral.....	860
4. Responsabilidade civil × responsabilidade criminal.....	860

CAPÍTULO XLVII
NOÇÕES GERAIS SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Conceito de responsabilidade civil.....	863
2. Breve notícia histórica da responsabilidade civil.....	863
3. Considerações iniciais sobre as espécies de responsabilidade civil.....	866
3.1. Responsabilidade civil subjetiva × responsabilidade civil objetiva.....	867
3.2. Responsabilidade civil contratual × responsabilidade civil extracontratual ou aquiliana.....	869
4. Natureza jurídica da responsabilidade civil.....	873
5. Função da reparação civil.....	874
6. Importância do estudo da responsabilidade civil.....	875

CAPÍTULO XLVIII
ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Uma visão geral dos elementos da responsabilidade civil.....	877
2. Algumas palavras sobre o elemento (acidental) culpa.....	877
3. Considerações sobre a responsabilidade civil e imputabilidade.....	879

CAPÍTULO XLIX
A CONDUTA HUMANA

1. A conduta humana: primeiro elemento da responsabilidade civil.....	880
2. Classificação da conduta humana.....	881
3. A conduta humana e a ilicitude.....	883

CAPÍTULO L
O DANO

1. Conceito de dano.....	887
2. Requisitos do dano indenizável.....	889
3. Espécies de dano: patrimonial, moral, estético, existencial e social.....	891
4. Dano reflexo ou em ricochete.....	894
5. Danos coletivos, difusos e a interesses individuais homogêneos.....	895
6. Formas de reparação de danos.....	897
7. O tempo como um bem jurídico tutelável.....	898

CAPÍTULO LI
O DANO MORAL

1. Introdução.....	902
2. A preocupação do Código Civil de 2002 com a questão da moralidade.....	902
3. Conceito e denominação.....	903
4. Dano moral direto e indireto.....	904
5. Natureza jurídica da reparação do dano moral.....	905
6. Dano moral e pessoa jurídica.....	908
7. Dano moral e direitos difusos e coletivos.....	909

CAPÍTULO LII
NEXO DE CAUSALIDADE

1. Introdução.....	913
--------------------	-----

2. Teorias explicativas do nexo de causalidade	914
2.1. Teoria da equivalência das condições (<i>conditio sine qua non</i>).....	914
2.2. Teoria da causalidade adequada	916
2.3. Teoria da causalidade direta ou imediata	917
3. Teoria adotada pelo Código Civil brasileiro.....	919
4. Causas concorrentes.....	920
5. Concausas	922
6. A teoria da imputação objetiva e a responsabilidade civil.....	923

CAPÍTULO LIII
CAUSAS EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL E
CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR

1. Introdução.....	925
2. Causas excludentes de responsabilidade civil	925
2.1. Estado de necessidade	926
2.2. Legítima defesa.....	927
2.3. Exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal.....	928
2.4. Caso fortuito e força maior.....	930
2.5. Culpa exclusiva da vítima	932
2.6. Fato de terceiro	933
3. Cláusula de não indenizar	934

CAPÍTULO LIV
A RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E A NOÇÃO DE CULPA

1. Introdução.....	937
2. Breve histórico e conceito de culpa: da glória ao declínio	937
3. Elementos da culpa.....	941
4. Graus e formas de manifestação da culpa em sentido estrito (negligência, imprudência e imperícia)	941
5. Espécies de culpa.....	944

CAPÍTULO LV
RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA E A ATIVIDADE DE RISCO

1. Introdução.....	947
2. A responsabilidade civil objetiva na legislação especial e o risco da atividade.....	947
3. Como conciliar a responsabilidade civil objetiva e o art. 944, parágrafo único, do Código Civil de 2002.....	953

z

CAPÍTULO LVI
RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE TERCEIRO

1. Introdução.....	957
2. Tratamento legal da matéria	957
3. Responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores	960
4. Responsabilidade civil dos tutores e curadores pelos tutelados e curatelados	961
5. Responsabilidade civil do empregador ou comitente, pelos atos dos seus empregados, serviços ou prepostos.....	963
6. Responsabilidade civil dos donos de hotéis, hospedarias e estabelecimentos educacionais por ato dos seus hóspedes, moradores e educandos.....	966

7. Responsabilidade civil pelo produto de crime.....	967
8. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.....	968

CAPÍTULO LVII
RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DA COISA E DO ANIMAL

CONTÉM VIDEOAULA



1. Introdução.....	969
2. A importância do direito francês.....	970
3. A doutrina da guarda da coisa e do animal no Brasil.....	971
4. O responsável civil pela guarda da coisa ou do animal.....	971
5. Tratamento legal.....	972
5.1. Responsabilidade civil pela guarda do animal.....	972
5.2. Responsabilidade civil pela ruína de edifício ou construção.....	974
5.3. Responsabilidade civil pelas coisas caídas de edifícios.....	976

CAPÍTULO LVIII
PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS

1. Esclarecimentos terminológicos.....	<i>on-line</i>
2. Concurso de credores.....	<i>on-line</i>
3. Categorias das preferências no Código Civil brasileiro.....	<i>on-line</i>
4. Ordem preferencial no direito brasileiro.....	<i>on-line</i>

DIREITOS REAIS

CAPÍTULO LIX
NOÇÕES GERAIS SOBRE DIREITOS REAIS

1. Direitos reais: denominação e conceito.....	978
2. Natureza da relação jurídica real.....	978
3. Obrigação real (<i>propter rem</i>).....	980
4. Classificação dos direitos reais.....	981

CAPÍTULO LX
POSSE

1. Conceito e natureza jurídica.....	983
2. Teorias da posse.....	986
3. Teoria adotada pelo Código Civil.....	987
4. Detenção.....	988
5. Posse de direitos (<i>possessio juris</i>).....	990
6. Classificação da posse.....	990
6.1. Quanto ao exercício e gozo (posse direta e posse indireta).....	991
6.2. Quanto à existência de vício (posse justa e posse injusta).....	992
6.3. Quanto à legitimidade do título ou ao elemento subjetivo (posse de boa-fé e posse de má-fé).....	994
6.4. Quanto ao tempo (posse nova e posse velha).....	995
6.5. Quanto à proteção (posse <i>ad interdicta</i> e posse <i>ad usucapionem</i>).....	996
7. Composse.....	997
8. Momento de aquisição da posse.....	998

9. Quem pode adquirir a posse.....	999
10. Modos de perda da posse.....	999
11. Efeitos da posse	1000
11.1. Percepção dos frutos e produtos.....	1000
11.2. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	1002
11.3. Indenização pelas benfeitorias realizadas.....	1003
11.4. Proteção possessória.....	1005
11.4.1. De direito material	1005
11.4.2. De direito processual	1006

CAPÍTULO LXI PROPRIEDADE

1. Conceito	1013
2. Características.....	1014
3. Extensão da propriedade	1015
4. Função social da propriedade	1017
5. Classificação	1018
5.1. Quanto à extensão do direito do titular (alcance subjetivo)	1018
5.2. Quanto à perpetuidade do domínio (alcance temporal)	1019
5.3. Quanto à localização e destinação da propriedade (alcance finalístico)	1020
6. Aquisição da propriedade imóvel.....	1022
6.1. Usucapião	1022
6.1.1. Conceito e pressupostos.....	1022
6.1.2. Principais espécies.....	1023
6.1.2.1. Usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC).....	1023
6.1.2.2. Usucapião ordinária (art. 1.242 do CC)	1024
6.1.2.3. Usucapião constitucional (ou especial) rural ou <i>pro labore</i> (art. 191 da CF; art. 1.239 do CC).....	1026
6.1.2.4. Usucapião constitucional (ou especial) urbana ou <i>pro misero</i> (art. 183 da CF; art. 1.240 do CC; art. 9º do Estatuto da Cidade).....	1026
6.1.2.5. Usucapião especial urbana coletiva (art. 10 do Estatuto da Cidade)..	1028
6.1.2.6. Usucapião rural coletiva (art. 1.228, §§ 4º e 5º, do CC).....	1030
6.1.2.7. Usucapião familiar (art. 1.240-A do CC).....	1033
6.1.2.8. Usucapião indígena (Lei n. 6.001, de 1973).....	1036
6.1.2.9. Usucapião administrativa (art. 1.071 do CPC)	1036
6.2. Registro imobiliário.....	1039
6.3. Acessão.....	1044
6.3.1. Conceito	1044
6.3.2. Distinção entre acessão e benfeitoria	1044
6.3.3. Acessão natural: formação de ilhas	1044
6.3.4. Acessão natural: aluvião.....	1046
6.3.5. Acessão natural: avulsão	1047
6.3.6. Acessão natural: álveo abandonado	1048
6.3.7. Acessão artificial: construções e plantações	1048
7. Aquisição da propriedade mobiliária	1050
7.1. Usucapião	1050
7.2. Ocupação.....	1051
7.3. Achado de tesouro.....	1052
7.4. Tradição	1053
7.5. Especificação.....	1056

7.6. Confusão, comistão e adjunção	1056
8. Perda da propriedade	1058

CAPÍTULO LXII DIREITOS DE VIZINHANÇA

1. Conceito	1060
2. Uso anormal da propriedade (arts. 1.277 a 1.281)	1061
3. Árvores limítrofes (arts. 1.282 a 1.284)	1062
4. Passagem forçada (art. 1.285).....	1063
5. Passagem de cabos e tubulações (arts. 1.286 e 1.287)	1064
6. Das águas (arts. 1.288 a 1.296).....	1065
7. Limites entre prédios e do direito de tapagem (arts. 1.297 e 1.298).....	1067
8. Direito de construir (arts. 1.299 a 1.313).....	1069

CAPÍTULO LXIII CONDOMÍNIO

CONTÉM VIDEOAULA



1. Noções introdutórias.....	1075
2. Condomínio voluntário	1075
3. Condomínio necessário	1080
4. Condomínio edilício	1081
5. Condomínio de lotes	1092
6. Multipropriedade ou <i>time sharing</i>	1093
7. Fundos de investimento.....	1099

CAPÍTULO LXIV DIREITOS REAIS NA COISA ALHEIA

1. Introdução	1104
2. Superfície.....	1104
3. Servidão.....	1107
4. Usufruto	1111
5. Uso.....	1125
6. Habitação	1126
7. Direito do promitente comprador.....	1127
8. Penhor.....	1135
9. Hipoteca	1140
10. Anticrese.....	1146
11. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	1147
12. Concessão de direito real de uso	1151
13. Laje	1152

DIREITO DE FAMÍLIA

CAPÍTULO LXV INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA

1. Conceito de família ou conceitos de famílias?.....	1159
2. Princípios peculiares do direito de família.....	1163
2.1. Princípio da afetividade	1163
2.2. Princípio da solidariedade familiar	1168

2.3. Princípio da proteção ao idoso.....	1170
2.4. Princípio da função social da família	1171
2.5. Princípio da plena proteção das crianças e adolescentes.....	1173
2.6. Princípio da convivência familiar	1175
2.7. Princípio da intervenção mínima do Estado no direito de família	1177

CAPÍTULO LXVI NOÇÕES CONCEITUAIS SOBRE O CASAMENTO

1. Conceito e natureza jurídica	1179
2. A promessa de casamento — responsabilidade civil por ruptura do noivado	1184
3. Formas especiais de casamento	1186
3.1. Casamento por procuração	1186
3.2. Casamento nuncupativo	1189
3.3. Casamento em caso de moléstia grave.....	1191
3.4. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade diplomática brasileira.....	1192
3.5. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade estrangeira.....	1194

CAPÍTULO LXVII CAPACIDADE, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO MATRIMONIAL

1. Capacidade para o casamento	1197
1.1. Autorização para o casamento do menor de 18 anos.....	1198
1.2. Antecipação da idade núbil	1198
2. Habilitação para o casamento.....	1199
2.1. Requerimento da habilitação	1200
2.2. Edital de proclamas	1201
2.3. Oposição à habilitação	1201
2.4. Certificação da habilitação.....	1202
3. Celebração do casamento.....	1203

CAPÍTULO LXVIII PLANO DE EXISTÊNCIA DO CASAMENTO

1. Introdução.....	1210
2. Noções gerais do plano de existência do casamento como negócio jurídico.....	1211
2.1. Manifestação de vontade (consentimento)	1212
2.2. Celebração por autoridade materialmente competente.....	1214

CAPÍTULO LXIX PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS

1. Conceito e tratamento legal	1219
2. Análise do art. 1.521 do Código Civil: impedimentos matrimoniais	1220
2.1. Casamento entre parentes em linha reta.....	1220
2.2. Casamento entre afins em linha reta	1221
2.3. Casamento entre o adotante com quem foi cônjuge do adotado e do adotado com quem o foi do adotante.....	1222
2.4. Casamento entre colaterais.....	1223
2.5. Casamento entre o adotado e o filho do adotante	1225
2.6. Casamento entre as pessoas casadas.....	1225
2.7. Casamento entre o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.....	1226
2.8. Casamento entre adúlteros	1227

- 3. Oposição dos impedimentos..... 1228
- 4. Efeitos jurídicos do casamento nulo 1228

CAPÍTULO LXX

PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: CAUSAS DE ANULAÇÃO

- 1. Causas de anulabilidade no Código Civil de 2002..... 1231
 - 1.1. Nubente que não completou a idade mínima para casar..... 1231
 - 1.2. Nubente em idade núbil sem autorização para o casamento..... 1232
 - 1.3. Vícios de vontade..... 1232
 - 1.3.1. Da omissão legal de referência a outros vícios de consentimento..... 1232
 - 1.3.2. Do erro essencial sobre a pessoa de um dos cônjuges 1233
 - 1.3.2.1. Quanto à identidade, honra e boa fama 1234
 - 1.3.2.2. Quanto à existência de cometimento de crime..... 1237
 - 1.3.2.3. Quanto à existência de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou patologia transmissível..... 1238
 - 1.3.2.4. Hipóteses não mais caracterizadoras de erro essencial..... 1238
 - 1.3.3. Da coação 1240
 - 1.4. Nubente incapaz de consentir ou de manifestar o seu consentimento 1241
 - 1.5. Revogação do mandato no casamento por procuração 1242
 - 1.6. Incompetência da autoridade celebrante 1243
- 2. Prazo e legitimação para anulação do casamento..... 1243
- 3. Efeitos jurídicos do casamento anulável 1245
 - 3.1. Convalescimento do casamento anulável..... 1245
 - 3.2. Natureza jurídica da sentença anulatória do casamento..... 1246
 - 3.3. Consequências jurídicas da anulação do casamento 1247

CAPÍTULO LXXI

PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: CASAMENTO PUTATIVO

- 1. Conceito e tratamento legal 1249
- 2. Reconhecimento da putatividade..... 1251
- 3. Efeitos jurídicos do casamento putativo 1251
 - 3.1. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por ambos os cônjuges 1252
 - 3.2. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por um dos cônjuges..... 1253

CAPÍTULO LXXII

PLANO DE EFICÁCIA DO CASAMENTO: DEVERES MATRIMONIAIS E CAUSAS SUSPENSIVAS DO CASAMENTO

- 1. Eficácia jurídica do casamento: deveres matrimoniais 1255
- 2. Os deveres matrimoniais no Código Civil 1256
 - 2.1. Fidelidade recíproca..... 1257
 - 2.2. Vida em comum no domicílio conjugal (dever de coabitação)..... 1259
 - 2.3. Mútua assistência 1259
 - 2.4. Sustento, guarda e educação dos filhos 1261
 - 2.5. Dever de respeito e consideração mútuos 1261
- 3. Causas suspensivas do casamento 1262
 - 3.1. Noções gerais 1262
 - 3.2. Casamento do(a) viúvo(a), com filhos do falecido, pendentes inventário e partilha... 1263
 - 3.3. Casamento da viúva ou de mulher cujo casamento tenha sido nulo ou anulado, antes do decurso de dez meses 1264

3.4. Casamento do(a) divorciado(a), pendente a partilha dos bens do casal	1264
3.5. Casamento do(a) tutor(a), curador(a) ou seus parentes com a pessoa tutelada ou curatelada	1265
3.6. Arguição das causas suspensivas.....	1265
3.7. Consequências jurídicas da verificação de causas suspensivas.....	1266

CAPÍTULO LXXIII

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS FUNDAMENTAIS

1. Conceito e principiologia.....	1267
2. Pacto antenupcial.....	1268
3. Autorização conjugal (“outorga uxória” e “outorga marital”)	1270
4. Regimes de bens no direito civil brasileiro.....	1276
5. Regime legal supletivo.....	1277
6. Regime legal obrigatório.....	1278
7. Mudança de regime de bens do casamento	1283
8. Administração dos bens no casamento	1288

CAPÍTULO LXXIV

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

1. Introdução e supletividade.....	1291
2. Conceito e disciplina legal.....	1292
3. Bens excluídos da comunhão.....	1293
4. Bens incluídos na comunhão.....	1293
5. Administração do patrimônio no regime da comunhão parcial de bens	1294

CAPÍTULO LXXV

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

1. Conceito	1295
2. Bens excluídos da comunhão.....	1295
3. Tratamento jurídico da administração dos bens.....	1296
4. Extinção da comunhão	1296

CAPÍTULO LXXVI

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS

1. Introdução.....	1297
2. Conceito	1297
3. Administração das despesas do casal na separação convencional.....	1299

CAPÍTULO LXXVII

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS

1. Antecedentes históricos e conceito	1301
2. Diferenciação para os regimes da comunhão parcial e da separação de bens.....	1302
3. As dívidas no regime de participação final nos aquestos	1304
4. A dissolução da sociedade conjugal e o regime de participação final nos aquestos.....	1306

CAPÍTULO LXXVIII

BEM DE FAMÍLIA

1. Conceito e classificação do bem de família	1308
---	------

- | | |
|---|------|
| 2. Disciplina jurídica do bem de família voluntário | 1309 |
| 3. Disciplina jurídica do bem de família legal | 1312 |

CAPÍTULO LXXIX
UNIÃO ESTÁVEL E OUTRAS MODALIDADES DE ENTIDADES FAMILIARES

- | | |
|--|------|
| 1. Conceito de união estável | 1317 |
| 2. Elementos caracterizadores..... | 1320 |
| 2.1. Reflexão sobre o tema da dualidade de sexos..... | 1320 |
| 2.2. Elementos caracterizadores essenciais | 1321 |
| 2.2.1. Publicidade | 1321 |
| 2.2.2. Continuidade..... | 1322 |
| 2.2.3. Estabilidade | 1322 |
| 2.2.4. Objetivo de constituição de família..... | 1322 |
| 2.3. Elementos acidentais | 1324 |
| 3. Impedimentos para a configuração da união estável | 1325 |
| 4. Efeitos pessoais da união estável: direitos e deveres dos companheiros..... | 1327 |
| 5. Efeitos patrimoniais da união estável: regime de bens..... | 1329 |
| 6. Conversão da união estável em casamento | 1336 |
| 7. Família monoparental..... | 1338 |
| 8. Família homoafetiva..... | 1340 |
| 9. Família poliafetiva | 1346 |

CAPÍTULO LXXX
DIVÓRCIO

- | | |
|--|------|
| 1. Conceito de divórcio e tratamento jurídico atual..... | 1349 |
| 2. O divórcio extrajudicial..... | 1352 |
| 3. O divórcio judicial | 1358 |
| 4. Uso do nome pós-divórcio | 1358 |

CAPÍTULO LXXXI
PODER FAMILIAR E GUARDA DE FILHOS

- | | |
|--|------|
| 1. Conceito de poder familiar | 1362 |
| 2. Exercício do poder familiar..... | 1362 |
| 3. Usufruto e administração dos bens de filhos menores | 1364 |
| 4. Extinção, suspensão e destituição do poder familiar | 1366 |
| 5. Guarda de filhos..... | 1367 |
| 6. Alienação parental..... | 1376 |

CAPÍTULO LXXXII
FILIAÇÃO

CONTÉM VIDEOAULA



- | | |
|--|------|
| 1. Introdução..... | 1383 |
| 2. A importância do princípio da igualdade na filiação e o princípio específico da veracidade da filiação..... | 1383 |
| 3. Reconhecimento voluntário..... | 1385 |
| 4. Reconhecimento judicial..... | 1390 |
| 4.1. Noções gerais | 1390 |
| 4.2. Ação de investigação de paternidade..... | 1390 |

4.3. Paternidade socioafetiva e posse do estado de filho.....	1395
4.4. Multiparentalidade	1399
4.5. Coparentalidade	1404

CAPÍTULO LXXXIII PARENTESCO

1. Conceito jurídico de parentesco.....	1406
2. Visão classificatória do parentesco	1406
2.1. Classificação do parentesco quanto à natureza.....	1407
2.1.1. Parentesco natural.....	1407
2.1.2. Parentesco civil	1408
2.1.3. Parentesco por afinidade.....	1409
2.2. Classificação do parentesco quanto a linhas	1410
2.2.1. Parentesco em linha reta	1411
2.2.2. Parentesco em linha colateral.....	1411
2.3. Classificação do parentesco quanto a graus	1412
3. Persistência do parentesco por afinidade, na linha reta, após a dissolução do casamento ou união estável.....	1412
4. Restrições legais decorrentes do parentesco.....	1413
5. Adoção.....	1414

CAPÍTULO LXXXIV ALIMENTOS

1. Terminologia e conceito	1417
2. Pressupostos e critérios de fixação.....	1418
3. Legitimação e características da obrigação alimentar.....	1420
4. Classificações.....	1426
5. A culpa em sede de alimentos.....	1428
6. A prisão do devedor de alimentos.....	1432
7. Alimentos gravídicos	1434
8. Revisão, exoneração e extinção dos alimentos	1435

CAPÍTULO LXXXV TUTELA, CURATELA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA

1. Noções introdutórias.....	<i>on-line</i>
2. Distinção conceitual de tutela e curatela	<i>on-line</i>
3. Tutela.....	<i>on-line</i>
3.1. Sujeitos da tutela.....	<i>on-line</i>
3.2. Objeto da tutela	<i>on-line</i>
3.3. Cessação da tutela	<i>on-line</i>
4. Curatela	<i>on-line</i>
4.1. Sujeitos da curatela.....	<i>on-line</i>
4.2. Alguns aspectos processuais da curatela.....	<i>on-line</i>
5. Tomada de decisão apoiada.....	<i>on-line</i>

SUCCESS ES

CAPÍTULO LXXXVI NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DO DIREITO DAS SUCESSÕES

1. A morte como fato jurídico.....	1440
------------------------------------	------

2. Compreensão do direito sucessório: conceito e fundamentação jurídico-ideológica.....	1442
3. Sucessão hereditária: conceito e espécies.....	1444
3.1. Classificação da sucessão hereditária pela matriz normativa.....	1445
3.2. Classificação da sucessão hereditária pelo conjunto de bens transmitidos	1446
4. Princípios específicos do direito sucessório.....	1446
4.1. Princípio da <i>saisine</i>	1446
4.2. Princípio (<i>non</i>) <i>ultra vires hereditatis</i>	1451
4.3. Princípio da função social da herança	1453
4.4. Princípio da territorialidade	1453
4.5. Princípio da temporariedade	1454
4.6. Princípio do respeito à vontade manifestada	1455

CAPÍTULO LXXXVII ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA

1. Noções introdutórias.....	1456
2. Administração da herança	1456
3. Responsabilidade do administrador da herança (e do inventariante).....	1459
4. Sucessão em bens de estrangeiros.....	1460

CAPÍTULO LXXXVIII ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

1. Introdução	1462
2. Aceitação da herança.....	1463
2.1. Distinção entre aceitação e delação da herança	1463
2.2. Classificação.....	1464
2.2.1. Aceitação expressa.....	1464
2.2.2. Aceitação tácita	1464
2.2.3. Aceitação presumida	1465
2.3. Efeitos.....	1465
2.4. Revogação da aceitação	1466
2.5. Transmissibilidade do direito de aceitação da herança	1466
3. Renúncia da herança	1467

CAPÍTULO LXXXIX CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS

1. Introdução.....	1472
2. Compreendendo a natureza da chamada “renúncia translativa”	1473
3. Delimitação conceitual da cessão de direitos hereditários	1474
4. Disciplina jurídica	1474
5. Necessidade da autorização conjugal	1478

CAPÍTULO XC VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

1. Introdução.....	1481
2. Legitimados para a sucessão hereditária em geral	1481
3. Legitimidade especial na sucessão testamentária	1483
3.1. Filhos ainda não concebidos de pessoa indicada pelo testador (prole eventual).....	1483
3.1.1. Discussão sobre o enquadramento do embrião como prole eventual.....	1488
3.1.2. Discussão sobre a possibilidade de reconhecimento de vocação hereditária autônoma ao embrião.....	1489

3.2. Pessoas jurídicas.....	1491
3.3. Fundações.....	1491
4. Impedimentos legais sucessórios	1492

CAPÍTULO XCI EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO

1. Introdução.....	1495
2. Exclusão por indignidade	1495
2.1. Causas de exclusão por indignidade.....	1496
2.1.1. Autoria, coautoria ou participação em homicídio doloso tentado ou consumado	1497
2.1.2. Delitos contra a honra.....	1499
2.1.3. Violência ou fraude.....	1500
2.2. Efeitos da exclusão por indignidade	1502
3. Teoria do herdeiro aparente	1502
4. Perdão do indigno.....	1503
5. Deserdação.....	1503
5.1. Conceito.....	1504
5.2. Hipóteses legais de deserdação	1504
5.3. Procedimento.....	1507
5.4. Efeitos de deserdação e direito de representação	1508

CAPÍTULO XCII HERANÇA JACENTE

1. Conceito	1510
2. Natureza	1510
3. Arrecadação.....	1511
4. Herança vacante.....	1512

CAPÍTULO XCIII DA PETIÇÃO DE HERANÇA

1. Conceito	<i>on-line</i>
2. Natureza jurídica e objetivos	<i>on-line</i>
3. Prazo para exercício	<i>on-line</i>
4. Legitimidade.....	<i>on-line</i>
5. A petição de herança e a boa-fé	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XCIV SUCESSÃO LEGÍTIMA

CONTÉM VIDEOAULA



1. Noções conceituais	1515
2. Disciplina jurídica positivada da sucessão legítima.....	1515
2.1. Considerações gerais e regras fundamentais.....	1515
2.2. Sucessão pelo descendente.....	1517
2.2.1. Correntes explicativas da concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da comunhão parcial.....	1519
2.2.2. Compreensão da expressão “bens particulares” para efeito de concorrência do cônjuge sobrevivente com o descendente.....	1522

2.2.3. Concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da separação convencional de bens	1525
2.3. Sucessão pelo ascendente	1529
2.4. Sucessão pelo cônjuge	1531
2.4.1. O usufruto vidual	1532
2.4.2. Direito real de habitação	1534
2.4.3. Disciplina efetiva da sucessão do cônjuge	1537
2.5. Sucessão pela(o) companheira(o)	1541
2.6. Sucessão pelo colateral	1549
2.7. Sucessão pelo ente público	1552

CAPÍTULO XCV DIREITO DE REPRESENTAÇÃO

1. Conceito	1553
2. Características	1553
3. Fundamento e finalidade	1555
4. Efeitos	1556

CAPÍTULO XCVI SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

1. Noções gerais sobre o testamento	1558
1.1. Sobre o poder de testar	1558
1.2. Conceito e natureza jurídica	1560
1.3. Características essenciais	1562
1.4. Modalidades classificatórias do testamento	1565
2. Aspectos relevantes do plano da validade aplicável ao testamento	1565
2.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé	1566
2.2. Capacidade de testar	1566
2.3. Objeto do testamento	1567
2.4. Forma prescrita em lei	1568
2.5. Prazo das ações de invalidade de testamento	1568
3. O testamenteiro	1569
4. Regência temporal da lei reguladora da sucessão testamentária	1576

CAPÍTULO XCVII FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1. Introdução	1579
2. Formas proibidas de testamento	1579
3. Testamento público	1580
4. Testamento cerrado	1583
5. Testamento particular	1587

CAPÍTULO XCVIII FORMAS EXTRAORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1. Testamento marítimo e aeronáutico	1590
2. Testamento militar	1593

CAPÍTULO XCIX CODICILO

1. Conceito e denominação	1596
---------------------------------	------

2. Finalidade e objeto do instituto.....	1596
3. Forma.....	1598
4. Relação do codicilo com o testamento.....	1600
5. Revogação.....	1600

CAPÍTULO C DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1. Conceito de disposição testamentária.....	1602
2. Modalidades.....	1602
3. Interpretação.....	1603
4. Sobre a nomeação de herdeiros e a distribuição de quinhões ou bens individualmente considerados.....	1604
5. Validade das cláusulas testamentárias.....	1607
6. Prazo para impugnação.....	1610
7. Limitações de eficácia.....	1611
8. Cláusulas de restrição de propriedade.....	1612

CAPÍTULO CI LEGADOS

1. Noções conceituais.....	1615
2. Sujeitos.....	1616
3. Objeto.....	1616
4. Tipologia.....	1619
5. Efeitos.....	1621
6. Pagamento.....	1624
7. Caducidade.....	1626

CAPÍTULO CII DIREITO DE ACRESCEER E REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1. Introdução.....	1629
2. Direito de acrescer.....	1629
3. Redução das disposições testamentárias.....	1632

CAPÍTULO CIII SUBSTITUIÇÕES

1. Introdução.....	1635
2. Substituição vulgar ou ordinária.....	1636
3. Substituição recíproca.....	1638
4. Substituição fideicomissária (fideicomisso).....	1639
5. Substituição compendiosa.....	1643

CAPÍTULO CIV EXTINÇÃO DO TESTAMENTO (INVALIDADE, CADUCIDADE, REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO)

1. Invalidade do testamento.....	1644
1.1. Prazo das ações de invalidade de testamento.....	1646
1.2. Conversão do testamento nulo ou anulável.....	1647
2. Inexecução do testamento.....	1649
2.1. Caducidade.....	1649
2.2. Revogação.....	1650

2.3. Rompimento	1652
CAPÍTULO CV INVENTÁRIO	
1. Delimitação conceitual e classificação	1655
2. Inventário e espólio	1655
3. Administração provisória da herança	1656
4. O inventariante	1657
5. Início e prazo do inventário	1658
6. Liquidação da herança	1660
6.1. Sonegados	1660
6.2. Colações	1661
6.3. Pagamento das dívidas	1667
6.4. Avaliação e cálculo do imposto	1670
7. Inventário negativo	1671
8. Inventário administrativo	1672
9. Inventário judicial	1673
10. Alvará judicial	1674
CAPÍTULO CVI PARTILHA	
1. Noções conceituais	1676
2. Espécies de partilha	1677
3. Legitimidade para requerimento da partilha	1677
4. Partilha em vida	1678
5. Isonomia na partilha	1678
6. Alienação judicial	1679
7. Homologação da partilha	1679
8. Da garantia dos quinhões hereditários	1681
9. Da invalidade de partilha: ação anulatória (anulação da partilha) e ação rescisória	1681
10. Sobrepartilha	1682
CAPÍTULO CVII DIREITO CIVIL E A PANDEMIA DA COVID-19	
1. Introdução	<i>on-line</i>
2. Pessoas jurídicas de direito privado e a pandemia da Covid-19	<i>on-line</i>
3. Prescrição e decadência e a pandemia da Covid-19	<i>on-line</i>
4. Teoria da imprevisão e a pandemia da Covid-19	<i>on-line</i>
5. Usucapião e a pandemia da Covid-19	<i>on-line</i>
6. Condomínio edilício e a pandemia da Covid-19	<i>on-line</i>
7. Prisão civil e a pandemia da Covid-19	<i>on-line</i>
8. Inventário e a pandemia da Covid-19	<i>on-line</i>
<i>Referências</i>	1685